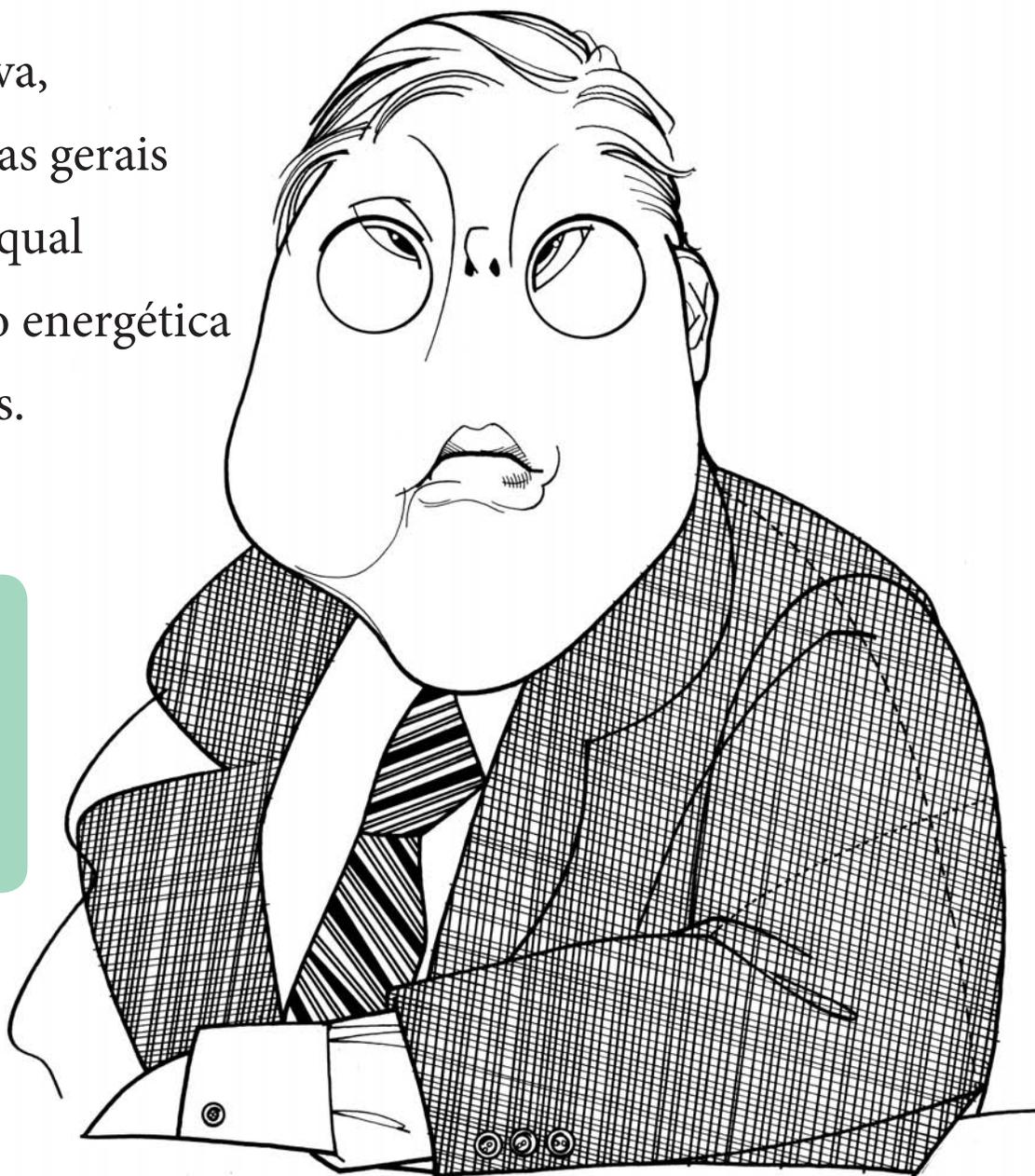


Carlos Lessa: "Cabe a nós, economistas, por em pauta o futuro do Brasil"

Em entrevista exclusiva,
Lessa antecipa as linhas gerais
de seu novo livro, no qual
reflete sobre a questão energética
no país e outros temas.

**Artigo de Guilherme
Delgado: "O Papel
do Setor Primário no
Ajuste do Balanço de
Pagamentos"**



Editorial

A Experiência a Serviço da Reflexão

■ Esta edição de agosto do Jornal dos Economistas – mês em que no dia treze é comemorado o Dia dos Economistas, data em que em 1951 foi regulamentada a nossa profissão – traz importantes contribuições de experientes e veteranos colegas de profissão, mestres de nossa ciência.

Nas páginas centrais do JE, a entrevista com o ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, é um convite à reflexão e à instigação do nosso pensamento, em relação às inúmeras possibilidades que se encontram em aberto, e que precisam de ser aproveitadas, com a eclosão da crise global e a necessidade de respostas adequadas do nosso país.

Lessa nos oferece uma acurada análise dos obstáculos que temos à frente, para superar os impasses que hoje se colocam na infra-estrutura do país, em particular na área da geração de energia e na matriz de transportes. E, ao mesmo tempo, reforça a idéia da importância de uma forte estratégia de integração sul-americana, para a busca de horizontes que alarguem as nossas esperanças de um continente que deixe definitivamente no passado a história de submissão e dependência que nos tem caracterizado até os dias de hoje.

Guilherme Delgado, economista de larga trajetória no IPEA, por sua vez, apresenta uma análise corajosa do significado da aparente mudança qualitativa que o nosso balanço de pagamentos experimentou nos últimos anos. A explosão do nosso saldo comercial, ou a alteração do patamar de nossas reservas internacionais, não nos deve iludir com a realidade e dificuldades que continuamos a alimentar em torno do histórico problema das nossas contas externas.

E Nildo Ouriques, professor do Departamento de Economia e presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, nos brinda com importantes considerações sobre o golpe de estado ocorrido em Honduras e o papel da diplomacia estadunidense, nesta chamada era Obama.

Temos, também, nesta edição, a contribuição de Cecília Coimbra e Elisabeth Silveira e Silva – dirigentes do Grupo Tortura Nunca Mais – sobre o vergonhoso e não resolvido problema dos desaparecidos políticos do país, substrato da transição democrática “pelo alto” e sob tutela militar, e que nos deixa seqüelas injustificáveis.

E em meio a crescentes questionamentos em relação ao papel das instituições legislativas do país – em particular, o Senado Federal –, a equipe técnica do Fórum Popular do Orçamento apresenta uma contribuição a essa discussão, com um trabalho sobre o custo do legislativo no país.

Tenham uma boa leitura, e parabéns a todos pelo Dia dos Economistas. 

SUMÁRIO

- 3 **Guilherme C. Delgado**
O Papel do Setor Primário no Ajuste do Balanço de Pagamentos
- 6 **Entrevista – Carlos Lessa**
“Cabe a nós, economistas, por em pauta o futuro do Brasil”
- 10 **Cecília Maria Bouças Coimbra**
Elizabeth Silveira e Silva
Não ao Esquecimento
- 13 **Nildo Ouriques**
Honduras: golpe contra os Estados Unidos?
- 14 **Fórum Popular do Orçamento**
O custo da democracia
- 16 **Guilherme Pereira, da UFRJ,**
é primeiro colocado no Prêmio de Monografia Celso Furtado
Balanço Patrimonial
Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21) 2262-2535
Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O Papel do Setor Primário no Ajuste do Balanço de Pagamentos

■ Guilherme C. Delgado*

A história econômica brasileira é rica em crises cambiais e ajustes internos, cujas consequências promovem, de forma planejada ou improvisada, mudanças estruturais profundas no sistema econômico. O exemplo da crise cambial de 1929, com seu impulso à substituição das importações pela produção da indústria interna, é possivelmente o mais estudado e conhecido.

Mas ainda nos meados do século XX tivemos crises cambiais fortes (1962/64), que suscitaram posteriormente respostas da política econômica com vistas à diversificação e aceleração das exportações¹, sucedendo à relativa estagnação das exportações agrícolas (do café) desde o final da segunda Guerra Mundial². A resposta da política de comércio exterior levou à diversificação de pauta agrícola, mas principalmente à crescente importância dos manufaturados no comércio exterior.

Por outro lado, as crises cambiais mais recentes (1982 e 1999) têm sido enfrentadas, seja por pressões conjunturais, seja por orientação de caráter duradouro, no rumo de uma crescente especialização da exportação de “commodities”. Isto empiricamente se demonstra pelo contínuo crescimento proporcional das exportações de matérias primas e de produtos de baixo valor agregado industrial. A evolução das exportações em períodos recentes (ver tabela 1) permite-nos veri-

ficar com clareza o crescimento mais que proporcional dos produtos “básicos” sobre os manufaturados. Revela-se aí, a partir de 2003, um “boom” exportador de “commodities”, de sorte a elevar a participação dessa categoria de bens a mais de metade da pauta de exportações.

Esse movimento das “commodities” reflete a agressiva penetração no comércio exterior das principais cadeias do agronegócio (carnes, soja, milho, celulose de madeira, açúcar e álcool) e exportações minerais (ferro, petróleo, alumínio etc), face a um crescimento bem mais moderado dos produtos manufaturados³.

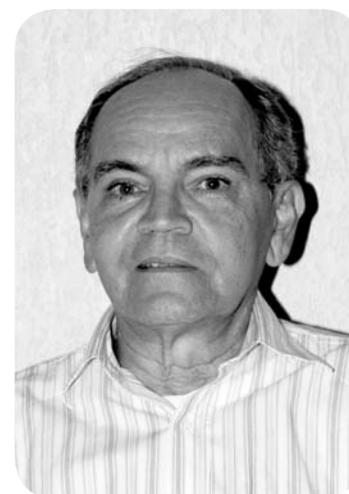
Observe-se que a balança comercial no período de 12 anos dá um salto de um patamar de exportações médias de 50 bilhões (primeiro período do real e da política cambial de 1995/1999) para um volume quatro vezes maior em 2008, elevando a participação das exportações como proporção do PIB de 8,2% em 1999 para 14,3% neste último ano.

Mas esse enorme esforço ex-

portador se fez acompanhar por um crescimento mais que proporcional da dependência em “Serviços” na Conta Corrente, sem falar no viés importador de alguns setores industriais, cuja resultante no final do período é o recrudescimento no déficit da Conta Corrente, analisado em seqüência.

A Estrutura das Transações Externas: Mudanças Recentes (1999-2008)

Conquanto o movimento comercial de exportação e importação seja a parte mais visível das contas externas, o equilíbrio externo depende dos demais componentes das “transações com exterior”, no caso brasileiro em especial da evolução do saldo da “Conta Serviços”. Essa observação precisa ser lida não apenas em termos contábeis-“ex-post”, pelo que ela seria uma mera obviedade contábil, mas pelos fatores determinantes do movimento comercial e do movimento de serviços na economia, que em última instância



produzem (des)equilíbrios atuais ou potenciais, registrados na Conta Corrente.

Vamos a seguir (Tabela 2) visualizar o “Balanço de Transações Correntes” no período 1995-2008, para os mesmos sub-períodos já vistos na Tabela 1, a partir de que a análise da conta serviços desponta como essencial.

A tabela 2, segundo os períodos em que está construída, precisa ser lida com a informação da política econômica que comandou cada conjuntura. No período 1995/99, predominou

Tabela 1 - Evolução Recente das Exportações e de sua Composição (US \$ Milhões Correntes)

Períodos	Básicos Média do período	(%)	Manufaturados Média do período	(%)	Semi- Manufaturados (%)	Total Média em Bilhões	(100)
1995/1999	12.428,00	25,20	27.573,0	56,0	18,8	49.277,76	100,0
2000/2002	14.851,7	25,7	32.808,7	56,7	17,60	57.893,7	100,0
2003/2005	28.139,7	29,3	52.248,7	54,4	16,3	95.955,7	100,0
2006/2007	55.633,4	37,3	77.958,0	52,2	10,5	149.209,5	100,0
2008*	113.045,0	57,1	84.897	42,9	-	197.942	

Fonte: “Conjuntura Econômica – FGV – maio de 2009”.

(*) No ano de 2008 esta série estatística inclui os “semi-manufaturados” englobados na categoria de “básicos”, daí a forte alteração de proporção entre o demais anos da série e o ano de 2008.

TABELA 2 – Balanço de Transações Correntes com o Exterior Brasil – 1995/2008 (Bilhões de Dólares)

Períodos	Saldo Médio Balança Comercial (US\$) bilhões	Saldo Médio da Conta Serviços (US\$) bilhões	Total(*) Saldo da Conta Corrente (US\$) bilhões	Taxa Média Incremento PIB em Termos Reais %
1995-1999	(-) 4,745	(-) 23,707	(-) 26,217	2,04
2000/2002	(+) 5,005	(-) 25,260	(-) 18,359	2,76
2003/2005	(+) 34,074	(-) 27,855	(+) 9,920	3,34
2006/2007	(+) 43,057	(-) 39,827	(+) 7,586	4,59
2008	(+) 27,775	(-) 57,234	(-) 28,300	(5,7)

Fonte: “Conjuntura Econômica” – FGV – maio de 2009.

(*) O saldo da Conta de Transações correntes é uma soma algébrica dos saldos comercial, de serviços e das “Transferências Unilaterais”

uma política cambial, comercial e financeira ultra liberal. É também uma fase de desmontagem da política agrícola de fomento das cadeias de “commodities” (PGPM, IAA, IBC, Conta Trigo etc), sem que ainda houvesse sido implantada a estratégia atual de crescimento do denominado agronegócio.

A resultante em termos de “transações correntes” deste sub-período é um déficit cumulativo de mais de 130 bilhões de dólares. O ataque especulativo externo ao real, no início de 1999, é em grande medida provocado por esta situação cumulativa de desequilíbrio externo.

Os dois períodos subseqüentes, 2000/2002 e 2003/2005, demarcam nos governos FHC II e Lula I a montagem de uma estratégia externa comum, tendo em vista reverter o déficit na conta corrente mediante exportação. Essa estratégia confere prioridade ao setor primário, que ganha evolução significativa nas exportações, como visto na seção precedente.

Essa política, que ficará muito mais clara no segundo Governo Lula (período 2006 a 2008 na Tabela 1), aparentemente desconsidera um fator de forte desequilíbrio ao esforço exportador: o movimento deficitário dos “serviços” que

o país “compra” nas suas transações externas. O déficit dos “Serviços” mais que dobra de magnitude no período, zerando o saldo comercial e repondo o déficit na “Conta Corrente” em 2008. Esse resultado está refletindo a elevação significativa do estoque de capital estrangeiro e uma forma peculiar de sua inserção na economia brasileira, que se expressa por uma correlação fortemente invertida do “movimento de capitais” do Balanço de Pagamentos (ver dados nas Tabelas 3 e 4), com o fluxo (negativo) da Conta Serviços (Tabela 2). Reflete também outros fatores ligados à perda de competitividade da indústria no comércio exterior⁴, cuja análise não é objeto deste texto.

Na seção seguinte examinamos em maior detalhe a “Conta de Serviços” e sua evolução recente.

O Custo Corrente do Capital Estrangeiro nas Transações Externas

O maciço ingresso de capital estrangeiro nas diversas modalidades registradas pelo Banco Central⁵ - Investimento “Direto”, “Investimento em Carteira” e “Outros Investimentos” – muda de patamar a partir de 2006/2007 na economia brasileira. Esse ingresso de capitais passa a resolver no curto prazo os problemas do Balanço de Pagamentos, de alguma forma decorrentes dos problemas comerciais da conjuntura. A “performance” de altos saldos da “Conta Capital” em 2007 e mesmo em 2008 deixa eufóricos os mercados financeiros, a ponto de o próprio Banco Central minimizar os efeitos do déficit em Conta Corrente de 2008, em razão da alta confiança de-

positada no movimento revigorado de capitais. A obtenção da classificação “investment-grade” no início de 2008, emitido por várias agências de risco, expressaria conjuntamente esta confiança para a situação da economia brasileira, vista sob a perspectiva do movimento global de capitais.

Mas há um problema central não respondido nessa conjuntura. Esse fluxo de capitais externos tem um impacto extremamente elevado na Conta de Serviços, e por aí na geração do déficit em Conta Corrente. Aparentemente esses “investimentos externos” têm pouca inserção nos setores exportadores de bens e serviços. O déficit de serviços dobra em quatro anos, e neste período o fluxo negativo de “rendas do capital” é a principal fonte do desequilíbrio (ver Tabela 3).

A análise dos dados desagregados dos “serviços” nos vários sub-períodos que vimos descrevendo nas tabelas anteriores evidencia alguns fatos, que convém destacar, especialmente para a conjuntura pós 2005:

- 1) O déficit de serviços muda de patamar (do entorno de 25 bilhões de dólares anuais), para mais que o dobro em 2008;
- 2) As “rendas de capitais” são as principais fontes dessa mudança de patamar do “déficit”;
- 3) Nos períodos de 2006/2007 e

TABELA 3 – Estrutura da Conta Serviços no período: saldos de 1995-2008 (Bilhões de Dólares Correntes)

Principais itens Períodos	Viagens Internacionais	Transportes e Seguros	Renda de Capitais		Saldo Total Serviços	Saldo (médio) Total da Conta Capital e Financiamento
			Lucros e Dividendo	Juros		
1995 - 1999	(-) 3,20	(-) 3,08	(-) 4,44	(-) 10,51	(-) 23,71	(+) 21,24
2000 - 2002	(-) 1,32	(-) 2,88	(-) 4,48	(-) 14,22	(-) 25,26	(+) 18,13
2003 - 2005	(-) 0,10	(-) 2,41	(-) 8,56	(-) 13,29	(-) 27,70	(-) 3,75
2006 - 2007	(-) 2,35	(-) 4,35	(-) 19,39	(-) 9,30	(-) 39,80	(-) 52,53
2008	(-) 5,18	(-) 5,78	(-) 22,43	(-) 7,23	(-) 57,23	(+) 32,99

2008 a “Conta Capital” é fortemente superavitária, a um tempo em que a economia voltará a crescer no patamar de 4,5% a 5,6% do PIB anual (ver dados à Tabela 1).

Isto posto, temos elementos empíricos para uma síntese da situação, objeto da próxima seção.

Síntese Empírica do Balanço de Pagamentos e Conclusões

A simples composição das Tabelas 1, 2 e 3 na sua estrutura completa, que é o Balanço de Pagamentos, permite-nos captar com certa clareza a natureza do equilíbrio externo que nossa política econômica vem perseguindo desde 2002, como também os seus limites. Mas vale a advertência já exposta no início: o Balanço de Pagamentos é um mero registro de somas algébricas (Tabela 5), cujo sentido não é deduzido diretamente dos seus dados.

A análise das colunas desse Balanço (Tabela 4) permite, com o auxílio dos dados preliminarmente apresentados, constatar algumas evidências empíricas cujos significados demandam um exercício interpretativo adicional. Vamos nos restringir à análise empírica, por razões es-

TABELA 4 – Síntese do Balanço de Pagamentos – 1999/2008
Saldos Médios por Período em Bilhões de Dólares

Principais Contas Períodos	Conta Comercial	Conta de Serviços	Conta Corrente	Conta Capital e Financeira	Saldo Final do Balanço de Pagamentos	Reservas
1995/99	(-) 4,75	(-) 23,7	(-) 26,22	(+) 21,2	(-) 0,31	49,00
2000/2002	(+) 5,0	(-) 25,3	(-) 18,4	(+) 18,10	(+) 0,55	35,56
2003/2005	(+) 34,1	(-) 27,9	(+) 9,9	(-) 3,8	(+) 5,02	52,01
2006/2007	(+) 43,1	(-) 39,8	(+) 7,6	(+) 52,5	(+) 59,02	133,09
2008	(+) 27,8	(-) 57,2	(-) 28,3	(+) 33,0	(+) 2,97	206,81

Fonte: Revista “Conjuntura Econômica” – Maio de 2009 – vol. 63 – nº 5
FGV (dados médios calculados por simples agregação dos dados anuais)

tritas de limite de espaço.

1 – A “Conta Comercial” dá um salto significativo entre os períodos 1995/1999 e 2006/2007, impelida essencialmente pelas exportações dos produtos “básicos” e “semi-elaborados”, genericamente com características de “commodities”⁶. Essa categoria de produtos, oriunda do setor primário da economia, é a base do “boom” das exportações, que retira a economia da situação déficit comercial (período 1995/99), para os elevados saldos comerciais desde 2003.

2 – A “Conta Serviços” do Balanço de Pagamentos, historicamente deficitária, revela no período considerado uma mudança apreciável do seu “déficit crônico”, que praticamente dobra entre 2006 a 2008, com relação ao período 1995/99.

3 – O movimento das transações correntes no período revela uma tendência ao desequilíbrio externo, agora vinculada às remessas de “renda de capital”. Estas, que dependem do estoque de capital estrangeiro na economia e da natureza de sua operação na economia real, anula todo o esforço exportador, fortemente baseado em “commodities”, levando o sistema a produzir déficit elevado em transações correntes a partir de 2008.

4 – O movimento da “Conta Capital”, principalmente a partir de 2006, corrobora e de certa forma sustenta o processo de primarização do comércio exterior, porque volta a ser a base de sustentação do Balanço de Pagamentos.

5 – As “Reservas Internacionais” mudam de patamar a

partir de 2006, saindo de um nível de 52 bilhões (2003/05) para mais 200 bilhões em final de 2008. O nível dessas reservas não reflete as “transações correntes”, mas as entradas líquidas da Conta Capital.

6- O equilíbrio externo ancorado na “re-primarização” do comércio exterior, combinada à forte abertura financeira, empiricamente demonstrados, têm consequências cambiais, distributivas e de economia política altamente negativas para o desenvolvimento. Esta última asserção é de caráter interpretativo e requer uma abordagem adicional, que não cabe nos limites deste texto. 

* **Guilherme C. Delgado** é doutor em Economia pela Unicamp, pesquisador do Ipea aposentado e professor visitante da Universidade Federal de Uberlândia.

Bibliografia Citada

- Banco Central (2008) – “Relatório de Inflação” – Vol. 10, N.3 – 2008
Delgado, Guilherme C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil- 1965-1985* – São Paulo – ÎCONE_UNICAMP – 1985.
Delgado, Guilherme C. (2001) – “Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra – Um estudo de reflexão agrária” e *Estudos Avançados* – nº 43 vol. 15 – set-dez 2001. *Estrutural*”
Furtado, Celso (2000) “*Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico-Estrutural*” – São Paulo – Editora Paz e Terra - 2000
Ministério da Agricultura (2007) – “*Intercâmbio Comercial do Agronegócio – Trinta Principais Parceiros Comerciais*” – Brasília – MAP – 2007.
Nascimento, Carlos A., Cardozo, Soraya A. e Nascimento, Katiucy L. “O Sentido da Reprimarização: Uma Interpretação à Luz de Celso Furtado, Caio Prado e Francisco Oliveira” in *ANAIS do 13. Encontro Nacional de Economia Política – João Pessoa - 2008*
FUNCEX (2009) – *Revista Brasileira de Comércio Exterior* – abril-junho de 2009.
FGV (2009) – “*Conjuntura Econômica*” – vol. 63 – nº 5 – maio de 2009.

1 Para uma análise do comércio exterior no período, ver Delgado, G.C (1985), op.cit, pp 26 a 33.

2 Para uma análise do período, ver Delgado, G.C (2001) op.cit, p. 161/165.

3 Para dimensionar no período as exportações agrícolas, ver Ministério da Agricultura (2002), op.cit.

4 Para uma análise deste tema, perda de competitividade industrial no processo de reprimarização econômica, ver Nascimento, Carlos A. et alli (2008) op.cit

5 Estamos excluindo da análise todo fluxo financeiro ilegal, por razão óbvia de indisponibilidade da informação, embora tenhamos razões para crer que este seja significativo.

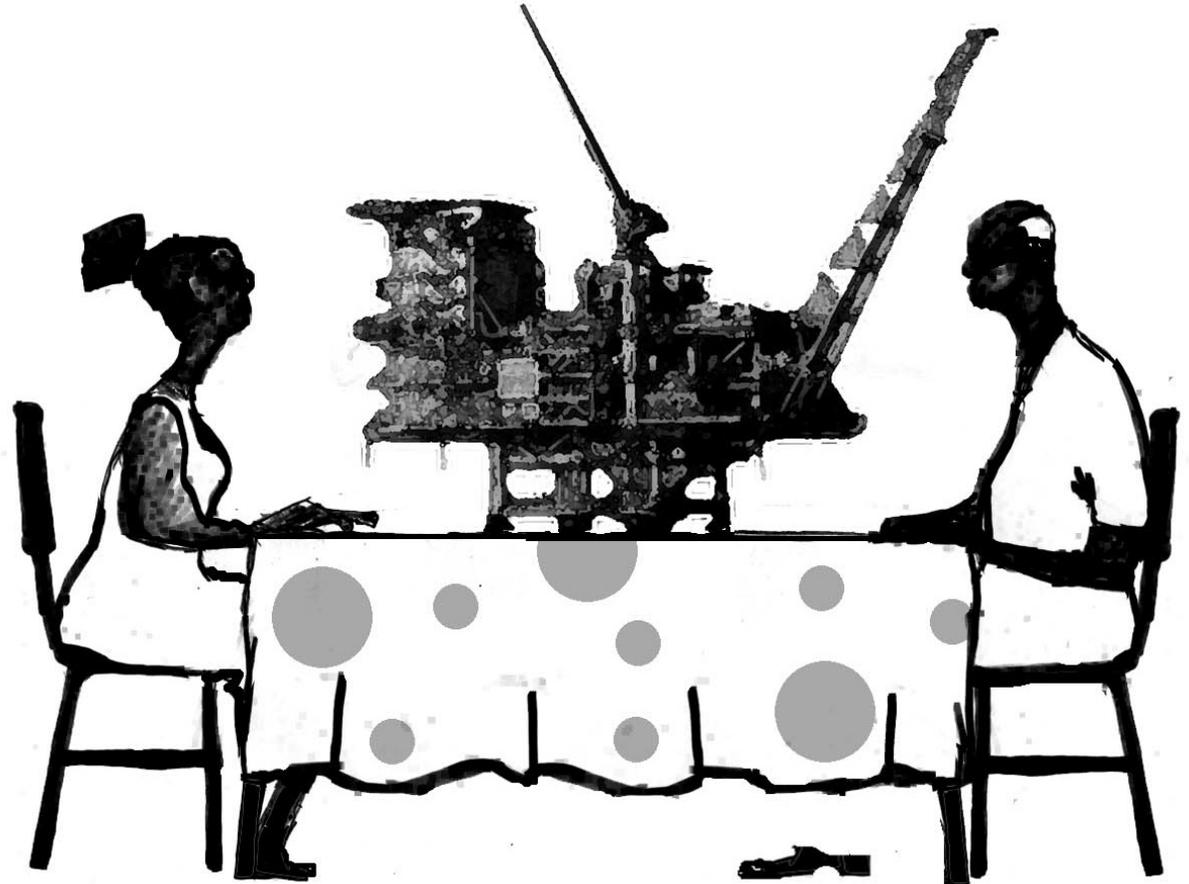
6 No editorial de abril/junho de 2009, a Revista Brasileira de Comércio Exterior afirma o seguinte: “Utilizando-se de uma definição ampla de “commodities”, elaborada pela FUNCEX, que considera não somente os produtos básicos, mas também a maior parte dos semimanufaturados e alguns manufaturados com características de “commodity”, o peso desses produtos na pauta brasileira passou de um mínimo de 33,6% em 2000, para 50,0% em 2008 e 52,5% no primeiro trimestre de 2009.

“Cabe a nós, economistas, por em pauta o futuro do Brasil”

Carlos Lessa é doutor em Economia e professor emérito da UFRJ. Nesta entrevista, antecipa as linhas gerais de seu novo livro, no qual reflete sobre a questão energética no Brasil e outros temas.

P: Você tem se dedicado à análise da potencialidade e das ameaças decorrentes da descoberta das reservas no Pré-Sal brasileiro e, de forma mais ampla, à reflexão sobre as questões energéticas do país. Quais são as suas conclusões?

R: A evolução das forças produtivas pode ser percebida pela disponibilidade de energia per capita. Do neolítico inferior ao navegador espacial, o tipo, a quantidade e o modo de utilização de energia transformaram-se radicalmente. A quantidade de energia por produtor é o alicerce do sistema tecnológico e produtivo. Energia não é commodity; é a base de toda e qualquer produção, inclusive das commodities. A soja é, inicialmente, resultado de energia solar. Porém, ao ser produzida com fertilizantes em uma terra manipulada com maquinário movido a motor de explosão e transportada por um caminhão, utiliza diretamente derivados de petróleo e os equipamentos acionados “contêm”, dentro de si, diversas modalidades de energia. O que exporta-



mos, predominantemente, são, em última instância, produtos de energia solar e outras agregadas de baixo valor; recebemos do exterior, predominantemente, importações, que são também energias, porém transformadas em produtos de alto valor. Alguns países exportam energia em estado bruto - carvão, petróleo, energia elétrica - e importam tudo o mais. No jogo do comércio internacional, alguns países exportam muita energia, e barata (mão de obra emigrante é dada), e importam energias transfiguradas por sucessivas e complexas mutações e transformações, sob a forma de produtos e serviços com al-

to valor agregado. Os primeiros países têm veias abertas para permanentes e generosas extrações de energia para acessar a produtos importados de alto valor agregado. Quando o tipo de energia é não-renovável, haverá, mais cedo ou mais tarde, a anemia profunda do país exportador.

É óbvia a importância fundamental da energia. A Inglaterra vitoriana sediou e impulsionou a primeira Revolução Industrial pela abundância de coque metalúrgico próximo a excelente minério de ferro. A metalurgia e a tecnologia da fundição de ferro inglesas possibilitaram a preliminar produção de canhões na-

vais de baixo custo, que permitiram à ilha dominar o tráfego comercial. A Inglaterra, centro do mundo, exportava produtos industriais de alto valor, enquanto importava alimentos e matérias primas baratos. O carvão permitiu a máquina a vapor, que sustentou a tecnologia logística de ponta e preservou a superioridade naval inglesa. EUA, pólo hegemônico sucessor, fizeram do seu abundante petróleo o vetor combustível do motor a explosão interna; ampliaram e sofisticaram a tecnologia de petróleo e derivados e determinaram a segunda Revolução Industrial, que ainda hoje é dominante no planeta.

Na organização do comércio internacional, a posição ganhadora está com países que exportam produtos que adicionam valor à sucessão de interações e transformações energéticas; trocam a alto preço seus produtos pelas formas energéticas primárias renováveis e não renováveis. Produtos com forte componente de energia solar são baratos e renováveis; trocar alimentos por produtos industrializados faz do Uruguai e da Argentina – apesar do solo, da água e do calor do sol excepcionais - fracassos históricos relativos. Uma Suíça é exitosa a partir de uma tradição de mecânica fina iniciada com a relojoaria; exporta, inclusive, o melhor chocolate do planeta sem sequer plantar cacau, a não ser algum exemplar numa estufa climatizada no jardim botânico. Os países e as regiões típicas de cacau são atrasados e pobres.

P: Seria paranóia afirmar que as potências internacionais estão de olho nas nossas reservas no Pré-Sal?

R: A energia concentrada dos combustíveis fósseis não renováveis – carvão e petróleo – é objeto de desejo estratégico de importações dos países que dominam a produção com alto valor agregado; a forma politicamente mais tranquila é o domínio imperial desses reservatórios de combustíveis e a atrofia da soberania que poderiam, potencialmente, empurrar os preços relativos destes combustíveis para as alturas. Uma forma mais sutil é obrigar os países possuidores desses tesouros energéticos a entregá-los a companhias dos países dominantes. De qualquer forma, permanecem com sua base produtiva atrofiada e a exportação de petróleo realimenta política-

mente uma soberania mutilada.

É lugar comum a centralidade geopolítica do jogo comercial internacional e, em especial, da prospecção, exploração e domínio da economia do petróleo. O antigo Império Otomano dominava o Oriente Médio e grande parte da África do Norte; após sua derrota na I Guerra Mundial, a astúcia geopolítica britânica “balcanizou” o Império. Sobrou a Turquia, que não tem petróleo. A expansão dos EUA em antigos domínios do Vice-Reinado do México transferiu para si os mais ricos territórios de petróleo. **A segunda Revolução Industrial produziu uma logística específica e o padrão industrial da linha de montagem. A agricultura de Middle West e a industrialização sustentada pelo petróleo consolidaram, de forma inequívoca, a economia norte-americana.**

P: Com o governo Obama, pode haver mudanças na política das administrações norte-americanas anteriores de busca incessante e inescrupulosa de fontes de suprimento de petróleo?

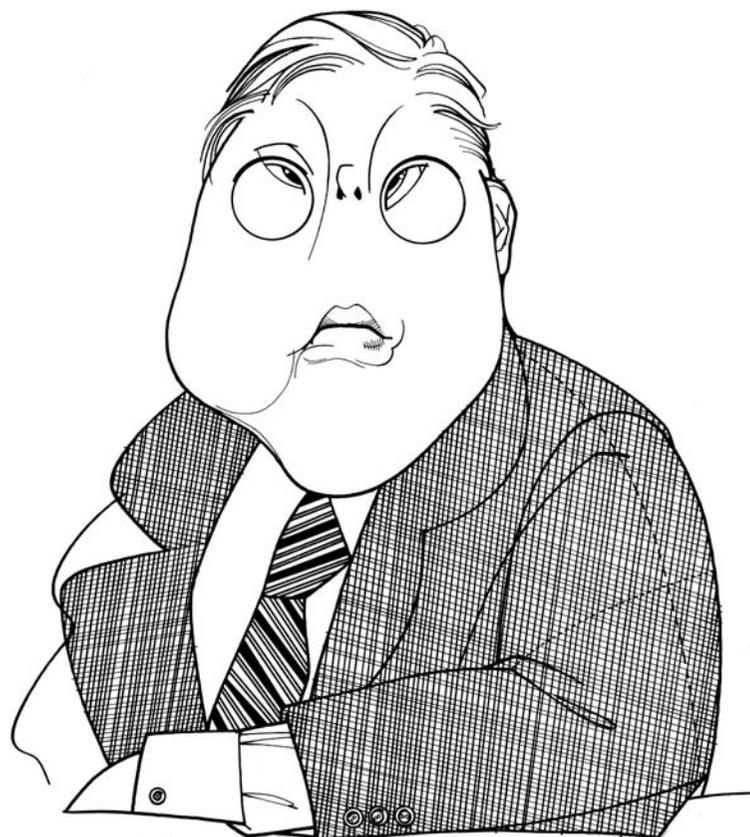
R: O calcanhar de Aquiles americano surge da adicção ao petróleo hiperabundante no passado. Suas enormes reservas nacionais lhes permitiram desenvolver uma tecnologia ávida por petróleo; seu templo foi Detroit e suas catedrais, a General Motors, a Ford e a Chrysler, que competiram pelos carros bebedores de petróleo, totens desta civilização adicta ao óleo. Hoje, os EUA consomem dez bilhões de barris por ano, pouco menos de 1/3 do consumo mundial, e têm reservas de 29 bilhões de barris do “ouro negro”. Hillary Clinton, ao ser nomeada Secretária

de Estado do governo Obama, enunciou com clareza três diretivas: energia é a prioridade número um para os EUA; os EUA irão propor ações com os países do Novo Continente para estabelecer a independência energética da região; como sempre, os EUA têm a oferecer tecnologia e “other activities” (sem defini-las). É fácil interpretar esta última diretiva: Tudo continuará como dantes no Quartel de Abrantes, ou seja, as grandes empresas industriais, de serviços e financeiras estadunidenses acelerarão a desnacionalização das economias sul-americanas. O padrão de vida dos estadunidenses será mantido e o dos povos latinos permanecerá atrasado e com suas mazelas sociais preservadas. O presidente Obama aprovou um orçamento direto de US\$ 755 bilhões para as pastas militares dos EUA em 2009. O Instituto para a Paz, da Suécia, calcula em US\$1,4 trilhão

o gasto militar americano em 2007. O contingente militar no Afeganistão cresceu, no governo Obama, de 38 mil para 68 mil combatentes. Recentemente, foi reativada a IV Frota, da Marinha de Guerra norte-americana, desativada há 58 anos. Esta Frota do Atlântico Sul lastreia a afirmativa da Secretária Hillary sobre “other activities”.

P: Como utilizar sabiamente as reservas do Pré-Sal?

R: Exportar petróleo bruto é trocar a riqueza pelo falso brilho do consumo de ostentação. Abu Dhabi é um exemplo. Muito poucos são os países que, exportando energia não renovável, lograram atingir a prosperidade e a equidade social; a Noruega é a exceção. País com quatro milhões de habitantes, exportou petróleo do Mar do Norte e tem o mais elevado IDH. Contraste a Noruega com o Iraque, Irã, Kuwait, Arábia Saudita e outros.



A Indonésia, país membro da OPEP, exportou petróleo na faixa de US\$ 2 a US\$2,5 o barril. Esgotados os seus campos, hoje é importadora de petróleo na faixa de dezenas de dólares. O México, após a crise da dívida, em 1982, teve de entregar suas reservas à exploração predatória de companhias concessionárias; tinha reservas de 48 bilhões de barris, hoje reduzidas a 14 bilhões. Em futuro próximo, provavelmente, será importador de petróleo. A Holanda exportou gás de petróleo a preços elevados e sua prosperidade deu origem à dutch disease: um aumento de receita de exportação de recurso natural desindustrializou a nação devido à valorização cambial que tornou o setor manufatureiro nacional menos competitivo em relação aos produtos importados.

É peculiar e bem-sucedida a trajetória brasileira com o petróleo. Na década de 20, os brasileiros nacionalistas sonhavam com a siderurgia de alto forno e deploravam a ausência de carvão coqueificável. Com o Código Nacional de Mineração de Águas e Energias Renováveis, no início da década de 30, a preocupação nacional colocou em primeiro lugar a questão do petróleo. O Conselho Nacional de Petróleo – CNP – não localizou jazidas expressivas em solo firme. Em 1953, Walter Link, famoso geólogo norte-americano foi contratado para avaliar as potencialidades das bacias sedimentares brasileiras. Concluiu pela pequena potencialidade no escudo territorial e afirmou que as reservas brasileiras provavelmente estariam sob o mar. À época, pareceu uma profecia maléfica e mal intencionada; estimulou mais ainda a campanha “O petróleo é nosso”, que permitiu a fundação e presidiu o ge-

renciamento da Petrobras. Link estava correto. E, a partir dos primeiros furos na costa sergipana em águas rasas, em 1974, a Petrobras desvelou a Bacia de Campos, sob águas profundas. Não havia tecnologia disponível e foi realizado um imenso esforço, que nos colocou na vanguarda da prospecção e exploração de petróleo em águas profundas. Houve, posteriormente, a identificação positiva de petróleo de alta qualidade em gigantescos reservatórios, em um retângulo que vai da costa do Espírito Santo a Santa Catarina. O Pré-Sal tem, aproximadamente, 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura. Nesta extensa faixa marítima, em lamina d’água que varia de 1.500 a 3.000 metros de profundidade, está o subsolo a ser perfurado entre 3.000 e 4.000 metros. O principal problema está no sal fósil, que é gelatinoso. A Petrobras já abriu 11 poços, em todos encontrou petróleo de boa qualidade, demonstrando domínio na prospecção e exploração desse depósito. O primeiro furo custou US\$260 milhões; os outros, US\$60 milhões, em média. **De forma conservadora, se estima que existam reservas de 50 bilhões de barris, mas não seria exagero supor que tenhamos mais de 90 bilhões de barris no Pré-Sal. Isto tornará o Brasil a quarta reserva mundial de petróleo. Este é o Eldorado brasileiro, pois o “ouro negro” é infinitamente melhor que o ouro metálico.**

Em 1973, com a primeira crise do petróleo, o barril saltou de US\$2 para US\$12. Em 1979, com o segundo choque, pulou para US\$40. A tendência do “ouro negro” é sua contínua valorização, pois o con-

sumo mundial tem crescido, no último quarto de século, acima do aumento de reservas conhecidas. Cabe lembrar que, além dos mais conhecidos combustíveis derivados, são obtíveis três mil subprodutos, o que garante o uso futuro do petróleo, mesmo havendo o desenvolvimento de outras formas energéticas. Assim sendo, o pleno domínio tecnológico da prospecção e exploração faz das reservas provadas e acessíveis de petróleo uma aplicação financeira superior a qualquer outra, em qualquer moeda. É melhor reservas de “ouro negro” do que a típica aplicação de bancos centrais em títulos do Tesouro norte-americano. A China vem adotando, como política, fazer o furo e não extrair o óleo. É astuta sua política de petróleo.

A busca do petróleo para afastar a “maldição Link” teve o efeito dialético de colocar o Brasil como líder tecnológico em matéria de petróleo. Temos que afastar as maldições do Pré-Sal. Como vimos, é péssimo ser um país exportador de petróleo, tampouco ser adicto ao “beber” petróleo. Não tem qualquer substância apressar a exploração do Pré-Sal lançando mão de financiamentos externos, principalmente se a obtenção do financiamento for combinada com futuras exportações. Infelizmente, o Brasil fez este péssimo negócio com a China, recentemente; teria obtido uma linha de US\$10 bilhões, em troca de fornecimento de petróleo cru. A economia do petróleo brasileiro sempre caminhou sob suas próprias pernas; com a reserva do mercado interno e altas margens de ganho, nossa Petrobrás furou todos os bloqueios que a ela foram apostos no passado pelas “sete irmãs” e pelas potências imperiais.

P: Como você analisa a matriz energética brasileira?

R: É possível construir, para cada país, uma matriz energética, convertendo todas as fontes de energia em Toneladas Equivalentes de Petróleo – TEP. O Brasil tem uma matriz energética que revela baixa adição aos não renováveis. Em 2006, de fontes de energia não renováveis – petróleo, gás natural, carvão mineral e urânio – o Brasil consumiu 45,1% do TEP total e de fontes renováveis – hidráulica, lenha, cana-de-açúcar – 54,9%. No mundo, em 2004, 86,8% do TEP utilizado eram não renováveis e apenas 13,2% renováveis. É espetacular a vantagem brasileira de utilizar, para geração de energia elétrica, 75,7% de origem hidráulica, enquanto que no mundo, apenas 16,1% desse tipo de energia provêm de recursos hídricos, sendo obtida a partir de carvão, gás, derivados de petróleo e urânio.

A qualidade da matriz energética brasileira é admirável em termos de reprodutibilidade. Estamos mais próximos do que qualquer outro país do planeta da utopia da sustentabilidade: progredir sem diminuir a perspectiva da população brasileira do futuro. A fragilidade energética brasileira não está na matriz, mas sim na reduzida disponibilidade de TEP barra habitante, inferior à média mundial e quatro vezes menor que a média da OCDE. Não consigo entender o veto ambiental procrastinador do aproveitamento de fontes disponíveis de energia hidráulica. Temos que afastar a tendência à produção de termoeletricidade. A boa aposta estratégica para o Brasil é ampliar o aproveitamento hidráulico e não considerar a abundância de petróleo do Pré-Sal como uma alternativa cômoda e de rápida

instalação. Possuir muito petróleo pode induzir estados etílicos que prejudicarão a qualidade da matriz energética brasileira.

P: O que pode ser feito para equacionar o gargalo na infraestrutura de transportes no Brasil?

R: Nada será mais conveniente ao Brasil do que modificar radicalmente nossa atual matriz logística. Ao contrário da excelência de nossa matriz energética, temos uma péssima matriz de transporte, responsável por elevados níveis de fretes internos. Transportamos pela modalidade rodoviária a maioria de nossas cargas, em caminhões. Proporcionalmente, somos os maiores consumidores relativos de diesel em nível mundial. Simultaneamente, prevalece no transporte urbano de passageiros a utilização de veículos movidos a petróleo. É um veneno para o Brasil esta matriz de transporte, que impõe ao consumo interno fretes elevados que reduzem o poder de compra da população. O frete rodoviário é quatro vezes o ferroviário em deslocamentos de longa distância. O transporte aquaviário é ainda bem inferior em custo ao ferroviário.

O paradigma do equívoco logístico nacional é a ligação rodo-

viária de Belém do Pará, pela linha da costa, até o Rio Grande do Sul. O Brasil dispõe de 17 mil quilômetros de costa marítima, aonde se situam sete regiões metropolitanas e três grandes redes fluviais. Temos um intenso tráfego rodoviário consumindo petróleo em vez de utilizarmos a navegação de cabotagem. A rodovia deveria ser alimentadora de rede ferroviária, que no Brasil pode ser pensada com eletrificação. O outro equívoco logístico e cruel: A irrisória contribuição do transporte sobre trilhos urbano e o congestionamento de veículos nas cidades condenam o brasileiro a muitas horas de deslocamento residência-trabalho-residência. O investimento em trens urbanos e metrô pode reduzir o tempo de deslocamento residência-trabalho-residência e possibilitar uma política imobiliária inteligente. É incalculável, mesmo utilizando o Índice de Felicidade Bruta – IFB –, de Buthan, a melhoria de qualidade de vida com o aumento do tempo de existir para os moradores urbanos massacrados pelos congestionamentos.

Nos EUA, transportes consomem 8,9% do PIB, enquanto no Brasil consomem 13%. Suponhamos que uma concentração de investimentos na matriz logística nos coloque numa situação equivalente àquele país, que não tem o melhor modelo logístico. O significado macroeconômico de uma reforma profunda da

matriz de transporte e logística se desdobra na geração de emprego e renda a partir das obras de infra-estrutura e no desenvolvimento das indústrias fornecedoras de navios, locomotivas, trilhos etc. Porém, o impacto macroeconômico da redução de fretes é de maior importância, pois a queda nos fretes corresponde uma elevação significativa do poder de compra dos salários. Isto permitiria uma notável e sistêmica ampliação do mercado interno e uma onda de investimentos produtivos voltados para o interior da economia brasileira. Esta é uma mudança dinâmica para o desenvolvimento brasileiro, das agruras da globalização mercantil que nos reserva a posição perdedora e nos expõe às oscilações da globalização financeira.

P: Como será o Brasil pós-crise? O que precisamos fazer?

R: Um balanço das potencialidades brasileiras para se situar no mundo pós-crise da globalização financeira pode ser resumido no seguinte. A economia do petróleo abre uma ampla frente de expansão para industrialização e investimento produtivo; a matriz energética deve ser ampliada com investimentos hidráulicos e afastada a tentação à produção termoelétrica; a revolução na matriz logística abriria caminho para uma elevação substancial do poder de compra dos salários e ampliaria o mercado interno, estimulando investimentos produtivos; o Estado deveria ampliar, substancialmente, seus gastos em políticas sociais – educação, saúde, segurança e habitação.

Obviamente, devemos aumentar a participação dos manufaturados nas exportações brasileiras. Infelizmente, a tendência tem sido a queda: eram

61% das exportações em 2000 e, caíram para 53%, em 2007. O Brasil deveria reduzir a exportação de alguns produtos básicos. O exemplo por excelência é o couro cru. Em outros casos, é interessante esquadriñar a pauta de manufaturas. A energia da usina de Tucuruí pode ter utilizações muito mais estratégicas do que ser exportada em lingotes de alumínio pela Alcoa. O sinistro seria exportar petróleo bruto, importar o brilho fácil, gerar uma avalanche de dólares que esmague as demais atividades produtivas do Brasil e trocar o “ouro negro”, em persistente valorização, pelo duvidoso papel do Tesouro norte-americano. Não é difícil imaginar que os EUA gostariam de vir a ser os importadores de petróleo cru brasileiro, garantir concessões para suas empresas petroleiras e vender para o Brasil tudo o que não produzimos ou deixaremos de produzir.

Em termos geopolíticos, o Brasil tem que ampliar a proteção de nossas duas Amazônias: a verde e a azul. Para tal, tem sido extremamente correta a política do Itamaraty. A integração com os países hispano-americanos tem que evoluir em direção a um Estados Unidos da América do Sul. Porém, até que esta utopia ganhe consistência, precisamos estar alertas quanto às astúcias do G-2, formado pelos EUA e China. A soberania no Pré-Sal não pode desconhecer a truculência e as perigosidades da geopolítica do “ouro negro”. **O Brasil tem de robustecer suas Forças Armadas, que são hoje, mais do que nunca, indispensáveis para preservar, para os brasileiros, a energia hidráulica da Bacia do Amazonas e o petróleo leve do Pré-Sal.** ☐



Não ao Esquecimento

“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades”

Ana Paula Goulart Ribeiro

■ Cecília Maria Bouças Coimbra*
Elizabeth Silveira e Silva**

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, fundado em 1985, tem assumido um claro compromisso na luta pelos direitos humanos, pelo esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos ocorridos durante o período de ditadura militar e, ainda hoje, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com torturas e outras violações, afirmando uma postura ética, convicto de que estas são condições indispensáveis na luta hoje contra o esquecimento e a história oficial que nos tem sido apresentada.

Desde sua criação, portanto, o GTNM/RJ vem buscando in-

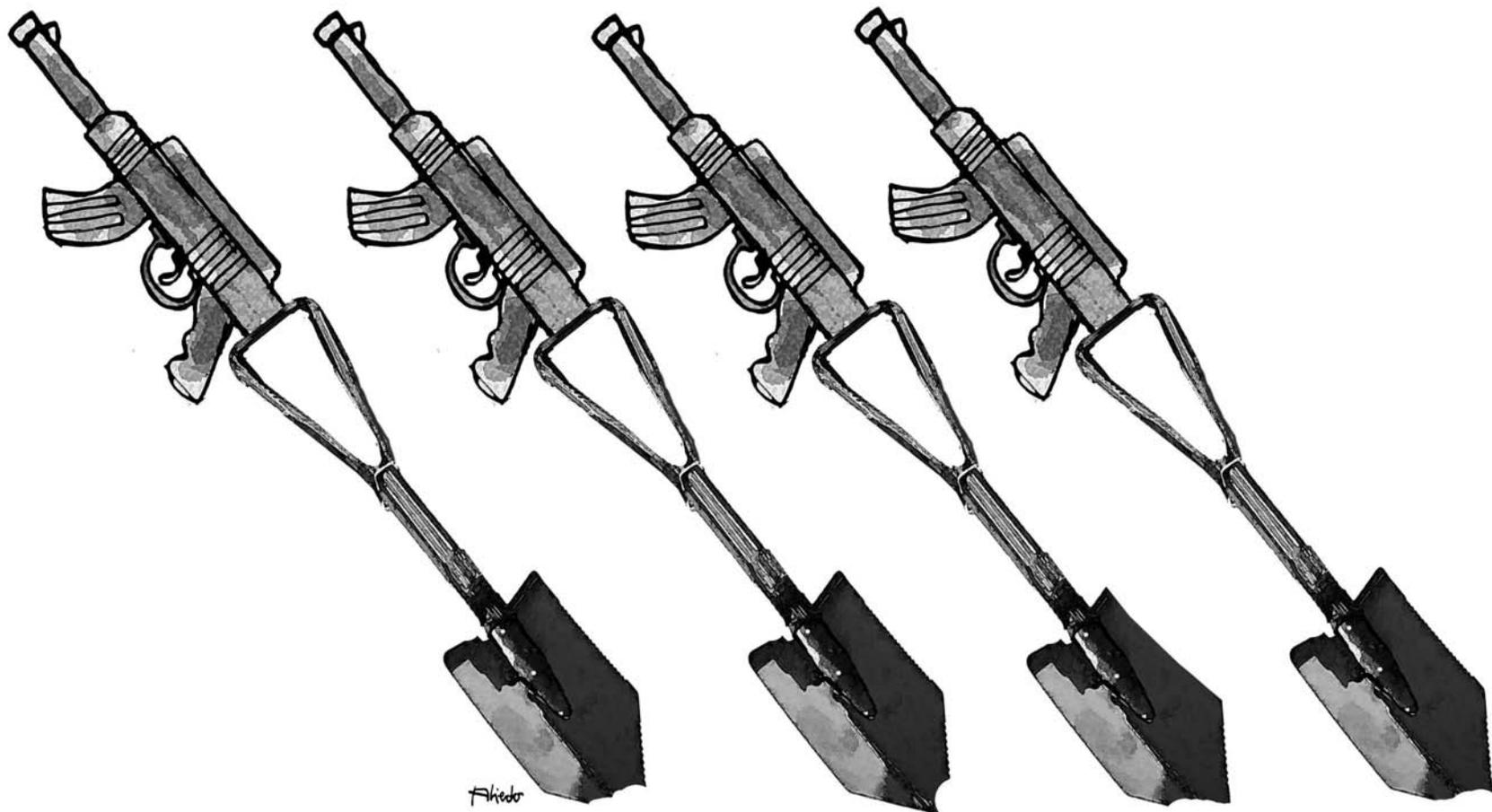
formações oficiais sobre como, quando, por que, onde e por quem foram presos e assassinados os opositores políticos.

Em 1982, ainda durante o período da ditadura militar, foi ajuizada uma ação de responsabilidade da União perante a Justiça Federal, no Distrito Federal, na qual 22 famílias de desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia solicitavam o esclarecimento das circunstâncias das mortes, bem como a localização dos restos mortais e os respectivos atestados de óbitos daqueles militantes.

O processo se arrastou durante 21 anos quando, em 20 de junho de 2003, foi prolatada a sentença da Juíza titular da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Dra.

Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos, determinando a quebra do sigilo das informações militares de todas as operações referentes à Guerrilha do Araguaia.

Em novembro de 2003, a União recorreu, negando o direito dos familiares e de toda a sociedade brasileira às informações sobre esse período da nossa história, limitando-se apenas a acatar a determinação de localizar os restos mortais dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia – o que já consta da Lei 9.140/95 que, no entanto, atribuiu aos familiares os ônus das provas. Esta lei criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos que vem funcionando até hoje, sendo que um de seus objetivos é o de locali-



zar os restos mortais dos desaparecidos, desde que lhe sejam fornecidas informações sobre os locais de sepultamento.

Entretanto, desde 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA havia feito a denúncia apresentada pelas entidades Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo contra o governo brasileiro, que não encaminhou as investigações sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos ocorridos no Araguaia.

Em resposta à mobilização das entidades de direitos humanos nacionais e internacionais condenando a posição da União de recorrer da decisão judicial da juíza Solange Salgado, o governo federal, em outubro de 2003, criou uma Comissão Interministerial, constituída pelos Ministros da Justiça, da Defesa, da Casa Civil, pelo Secretário Especial de Direitos Humanos e pela Advocacia Geral da União, com a finalidade de obter informações sobre a localização dos restos mortais de participantes da Guerrilha do Araguaia. Esta comissão tinha um prazo de quatro meses, renováveis por mais dois, para reunir os elementos necessários à localização dos corpos dos militantes desaparecidos.

Somente em março de 2007, após três anos e cinco meses, foi divulgado o relatório da Comissão Interministerial informando que as três forças armadas não possuíam nenhum documento acerca do ocorrido na região do Araguaia entre 1972 e 1974.

Sabemos que existem inúmeras cópias de documentos daquele período em mãos de

militares reformados, de particulares e na própria Secretaria Especial de Direitos Humanos que comprovam a existência desses arquivos. Em junho de 2009, por exemplo, o major do exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura – um dos repressores da guerrilha do Araguaia – apresentou ao Jornal Estado de São Paulo o que chamou de sua documentação sobre a guerrilha. Dentre outras informações afirmou que 41 guerrilheiros foram assassinados após terem sido presos.

Diante da indignação dos familiares, dos movimentos de direitos humanos e das pressões nacionais e internacionais, o governo federal, em mais uma *mis-en-scene*, em 3 de junho de 2009, formou, sobre a coordenação do Ministério da Defesa, um outro Grupo de Trabalho para localizar e identificar os corpos dos guerrilheiros na região do Araguaia, integrado fundamentalmente por militares do exército. Um deles, o General de Brigada Mario Lucio Alves de Araujo, comandante da equipe de apoio logístico no Araguaia, em 31 de março de 2008, em entrevista a um jornal, elogiou o golpe de 1964.

Mais uma onda de manifestações contrárias ocorreu e, diante disto, em 17 de julho de 2009, o governo criou um Comitê Interinstitucional de Supervisão das atividades daquele Grupo de Trabalho. Curiosamente este comitê também é coordenado pelo Ministro da Defesa e composto por militares, por alguns membros da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e pelo que esta sendo chamado de “observadores independentes”. Dentre eles, para surpresa de todos nós, consta o nome do Sr. Hugo Studart, que em seu livro so-



bre a guerrilha do Araguaia teve acesso a documentos oficiais das forças armadas, mantendo o nome dos militares em sigilo, utilizando seus codinomes. Esta “pesquisa histórica” continua encobrindo todos os responsáveis pelos crimes cometidos em nome da segurança nacional.

Por tudo isso, os familiares e várias entidades de direitos humanos nacionais e internacionais estão exigindo do atual governo federal que:

- Outro Grupo de Trabalho seja criado e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos com a participação efetiva da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos.

Entendemos que neste Grupo de Trabalho seja necessária a presença de familiares, de entidades de direitos humanos, do Ministério Público Federal, bem como de outras instituições da sociedade civil. Defendemos, portanto, que esse GT não tenha majoritariamente um caráter governamental, mas que seja apoiado efetivamente pelos órgãos oficiais no sentido de fornecer toda e qualquer infraestrutura necessária para a concretização dos trabalhos.

- Toda a documentação e depoimentos que foram acumulados ao longo dos últimos trinta anos através das várias caravanas realizadas pelos familiares e entidades na região do Araguaia sejam utilizados por este Grupo de Trabalho, assim como toda a documentação recolhida pelo Ministério Público Federal na região em 2001.

- Os documentos que se encontram em poder de militares e ex-membros do aparato de repressão – já declarados por eles publicamente – sejam exigidos judicialmente.

- A população local seja ouvida e seus depoimentos considerados documentos oficiais.

- Todos os militares e civis envolvidos na repressão à guerrilha do Araguaia sejam convocados judicialmente para depoimento.

- Todos os arquivos da ditadura sejam divulgados de forma ampla, geral e irrestrita.

Exigimos, portanto, que toda a sociedade brasileira saiba onde, como, quando e por quem foram praticados os crimes de lesa humanidade ocorridos no período de 1964 a 1985. 

* Cecília Coimbra é psicóloga e atual presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ

** Elizabeth Silveira é bióloga e atual tesoureira do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

www.banrisul.com.br

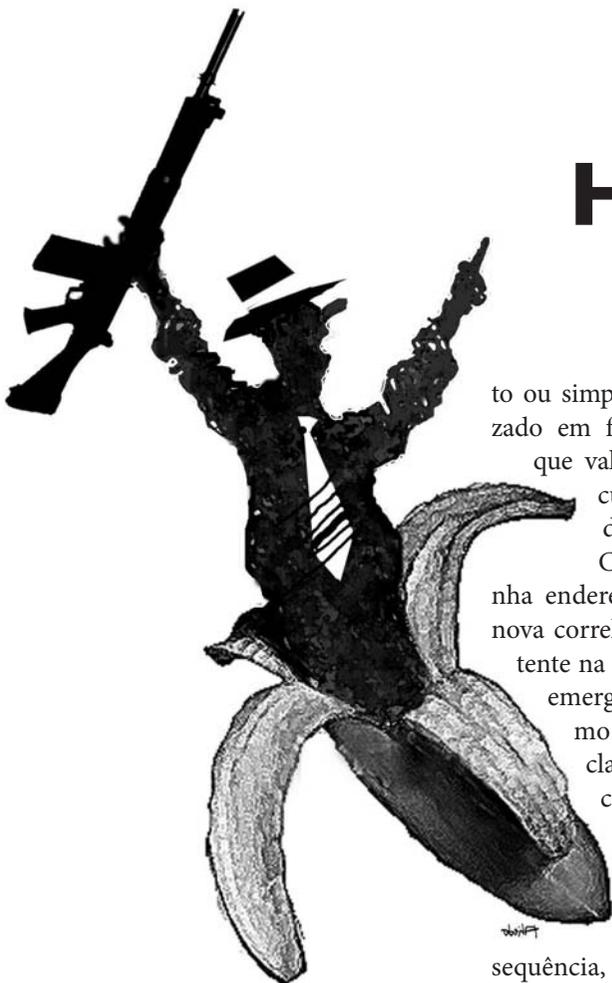
 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

*Sujeito a análise de crédito.

Honduras: golpe contra os Estados Unidos?



■ Nildo Ouriques*

O experiente jornalista Clóvis Rossi anunciou que o golpe em Honduras somente foi possível porque a mudança de Bush para Obama criou um “vácuo político” na América Latina. Immanuel Wallerstein escreveu que o golpe encabeçado por Micheletti representava uma ofensiva da direita hondurenha contra Obama que possui outras prioridades na política externa da principal potência contemporânea. O experiente historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira declarou que o golpe é inexplicável sem a atuação da ultra-direita estadunidense e os conflitos internos no bloco no poder em Washington que ainda não conferem pleno controle por parte de Obama de órgãos vitais do Estado metropolitano. Enfim, em qualquer das versões anteriores o conceito de imperialismo está proscri-

to ou simplesmente subalternizado em favor de explicações que valorizam aspectos secundários das relações de poder.

Contudo, o golpe tinha endereço certo: diante da nova correlação de forças existente na América Latina e da emergência do nacionalismo revolucionário, as classes dominantes locais e especialmente as embaixadas estadunidenses não podem mesmo vacilar e, em consequência, atuam de maneira determinada na prevenção, restrição ou simplesmente derrocada de governos que possam fomentar ainda mais o pêndulo latino-americano em favor das maiorias.

Neste contexto, a “ambiguidade” da política exterior estadunidense não reflete apenas a luta pelo poder entre democratas e republicanos nos Estados Unidos, pois sabemos que, a despeito de divergências reais existente entre os dois bandos, a verdade é que o interesse nacional estadunidense sempre moldou a aliança estratégica entre os partidos que sustentam a ordem dominante no norte. A secretaria de estado Hillary Clinton foi clara a respeito, quando, no dia posterior ao exílio de Zelaya, anunciou que a prioridade dos Estados Unidos era o retorno à “ordem democrática”. Não se tratava, portanto, de restituir Zelaya ao posto presidencial, mas precisamente de, no curto espaço de tempo, realizar no-

vas eleições. Esta sutil formulação combina com maestria a exigência pelo “retorno da democracia” com a consolidação dos interesses golpistas. Enfim, uma vez que Zelaya permaneceu fora de Honduras e sua capacidade de influenciar na eleição do próximo governo seja efetivamente reduzida ou nula, a democracia poderia, finalmente, “avançar”. Algo muito semelhante à diplomacia que o ex-presidente Clinton realizou no Haiti de Jean Bertrand Aristide. Este, como sabemos, foi apeado do governo e se encontra exilado na África, como prêmio pela aceitação da índole constitucionalista do Partido Democrata.

Ainda que as classes dominantes em escala planetária condenem o golpe e a chamada “comunidade internacional” não canse de prometer ou anunciar pequenas medidas de retaliação comercial ou diplomática, a verdade é que o cenário decisivo é o interno, ou seja, o conflito nacional e o poder das classes sociais em Honduras. Zelaya será testado tanto quanto os golpis-

tas, pois os avanços sociais, políticos e diplomáticos que se verificaram em seu governo não estavam solidamente amparados no movimento e na organização popular. O protesto popular cresceu, obviamente, mas ainda não foi o suficiente para fazer os golpistas retrocederem. Honduras sempre foi uma peça chave na guerra de baixa intensidade que marcou a América Central nos anos oitenta, antes dos processos de negociação que levaram ao fim da luta armada em El Salvador e Guatemala. Não somente a base militar estadunidense cobra seu preço, mas o formalismo dos regimes democráticos combinados eficazmente com terrorismo de estado que se tornaram mais evidentes nos últimos tempos impediram, historicamente, a livre organização popular.

O imperialismo nunca foi uma política externa à nação, vale recordar. Os Estados Unidos, principalmente quando sofre uma séria crise hegemônica, não poderiam descuidar da América Latina, pois esta figura como uma reserva estratégica para sua disputa pelo poder global. A despeito do futuro de Zelaya, a verdade é que mesmo com uma vitória parcial ou total do golpismo, a correlação de forças que motivou um presidente latifundiário a avançar na direção da democracia participativa não desaparecerá no curto espaço de tempo. 



* Nildo Ouriques é professor do departamento de economia e presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos da UFSC (IELA-UFSC)

O custo da democracia

Levando em consideração a crise instaurada no Senado Federal – que obviamente se trata de uma crise maior da democracia – o FPO-RJ optou por analisar, neste mês, o peso do Poder Legislativo nos orçamentos públicos dos três entes (municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, estado do Rio e União). De forma mais específica, são apresentados os aparatos legais que normalizam sua existência e funcionamento nos municípios do Brasil destacando-se, ainda, a importância deste Poder para a vigência de um regime democrático dentro da estrutura federal.

O Poder Legislativo nos Municípios

O Poder Legislativo local está representado pela Câmara Municipal, em que seus componentes (os parlamentares) são eleitos pela sociedade.

Cabe à Câmara, com a sanção do prefeito, a repre-

sentação, controle e elaboração das normas jurídicas sobre todas as matérias de competência municipal. É papel dos vereadores, por exemplo, discutir e aprovar os planos e leis que conformam o ciclo orçamentário do município.

O Tribunal de Contas¹, por sua vez, auxilia a Câmara na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município. Para esse fim, tanto o Tribunal quanto a Câmara devem analisar a prestação de contas do Prefeito, no entanto, cabe exclusivamente à Câmara o julgamento.

A Câmara pode convocar o chefe do poder executivo a prestar informações ao parlamento e a comparecer em audiências públicas, de forma a trocarem informações com a população. Tal atuação é primordial para promover a transparência e a participação popular na administração pública.

Dada a grandeza e diversidade em nosso país é salu-

tar o aprofundamento da estrutura federativa no sentido da descentralização. Portanto, quanto mais se aumenta a responsabilidade local, maior será a importância do vereador no trabalho de fiscalização e legislação municipal.

Das limitações

A Constituição Federal estabelece limites quanto ao número de parlamentares (e remuneração) e quanto ao gasto total com pagamento de pessoal (vereadores e servidores).

Embora o art. 29 confira certa liberdade de escolha quanto ao número de vereadores eleitos por município, desde a eleição de 2004 seu número tem sido fixado por instrução do Tribunal Superior Eleitoral levando-se em conta, também, o critério populacional. A remuneração dos vereadores deverá ser fixada pelas Câmaras considerando o limite máximo proporcional ao recebido pelos deputados estaduais. Quanto

ao pagamento total de pessoal, a Câmara não pode gastar mais de 70% de seu orçamento (art. 29-A).

O orçamento da Câmara se constitui de recursos transferidos pelo município. O volume é negociado a cada ano com o Poder Executivo. A despesa total do Legislativo, no entanto, está limitada entre 5% a 8% do somatório da receita tributária e das transferências, dependendo do tamanho do município (art 29-A).

Da independência: a garantia de separação dos Orçamentos

Como vimos, o Poder Legislativo se sustenta por recursos arrecadados pela Administração Pública. As leis municipais (Lei Orgânica), assim como a Constituição, proclamam a independência e harmonia entre o Legislativo e o Executivo. Como isso se dá na prática? Um dos fundamentos da in-

TABELA 1

	População em 2007	Total gasto em 2008	Parlamentares em 2008	Custo por parlamentar em 2008	Valor per capita em 2008
UNIÃO	184.014.516	5.569.879.346	594	10.694.183	41,04
ESTADO DO RJ	15.420.375	1.205.414.495	70	6.606.386	82,05
MUNICÍPIO DO RJ	6.093.472	399.821.998	50	6.118.279	65,61
MUNICÍPIO DE NITERÓI	474.002	34.169.112	16	1.898.284	72,09

dependência do Legislativo reside na garantia constitucional (art. 168) do repasse financeiro para poder gerir o seu próprio orçamento.

Os recursos devem ser repassados pela prefeitura até o dia 20 de cada mês, em forma de duodécimo, isto é, em doze parcelas iguais. O(A) prefeito(a) que não cumprir tais prazos e formas de repasse estarão incorrendo em crime de responsabilidade.

Aspectos Orçamentários²

Analisamos a Função Orçamentária Legislativa de quatro entes federativos: municípios do Rio de Janeiro e Niterói, Estado do Rio e União. A função representa o nível mais agregado de dispêndios com o Poder Legislativo e refere-se a gastos com manutenção, pessoal e investimentos. No caso do município do Rio é composto pela Câmara Municipal (CMRJ) e pelo Tribunal de Contas do Município (TCM).

O fato dos gastos se dirigirem basicamente para a manutenção desses órgãos, sem investimentos de grande relevância, associado à questão de repasses fixos e obrigatórios vinculados à flutuação da receita, proporciona uma relativa estabilidade evolutiva, uma

vez que sua execução não depende da vontade política do alcaide.

Sendo assim, ressaltaremos o patamar da despesa que o legislativo representa em cada um dos entes. Enquanto em Niterói, a Função mantém-se em torno dos R\$ 33 milhões, no Município do Rio ela é mais de dez vezes maior – R\$ 384 milhões em média.

O Estado, por sua vez, supera os R\$ 1,2 bilhão nos três exercícios anteriores. No entanto, segundo a projeção que realizamos baseada no montante executado por estes entes no primeiro semestre de cada exercício, obtivemos no Estado uma queda de aproximadamente 30%, pouco ultrapassando os R\$ 800 milhões. Carecemos de informações sobre o porquê para essa significativa queda.

Já na União, os gastos com o legislativo montam a R\$ 5,5 bilhões nos três exercícios anteriores. Por não termos acesso ao gasto parcial do primeiro semestre dos exercícios anteriores, não pudemos realizar a projeção para 2009. Podemos somente apresentar que foram liquidados mais de R\$ 2,3 bilhões até o mês de junho.

Foi verificado que a proporção dos gastos com o Poder Legislativo em relação ao total do orçamento de cada ente analisado diminui na

medida em que o ente cresce de patamar hierárquico: enquanto nos municípios do Rio e de Niterói o valor encontrado se estabelece em 3,9%, em média, no Estado essa média cai para 2,8%; já no caso da União, a média é de apenas 0,4%.

A partir de cálculos baseados em dados populacionais de 2007 divulgados pelo IBGE, observamos que o custo do legislativo em 2008, para um cidadão carioca, que deve bancar tal poder na esfera municipal, estadual e federal, é de R\$188,70 (65,61 + 82,05 + 41,04); já para um niteroiense, esse valor sobe para R\$195,18, uma vez que o custo per capita do legislativo neste município é mais elevado que no Rio desde 2007 (R\$72,09).

Estudos da organização Transparência Brasil³ revelaram que a Câmara Municipal do Rio é a de maior custo dentre as capitais brasileiras, enquanto Rio Branco apresenta o custo mais baixo por parlamentar. A mesma entidade revela, em outro estudo⁴, que o Brasil apresenta o segundo maior custo por parlamentar (R\$10,7 milhões em 2008) do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

A Tabela 1 mostra os custos relativos aos parlamentares dos entes analisados. Pode ser observado que, apesar

do maior custo por parlamentar ocorrer na União, se analisamos seu valor per capita, o legislativo do Estado é aquele que pesa mais no bolso dos cidadãos.

De acordo com os limites instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o gasto máximo com pessoal do Legislativo é de 6% da receita corrente líquida para os municípios, 3% para os estados e 2,5% para a União. Todos os entes cumpriram tais limites no ano de 2006 – único ano em que foi possível obter todas as informações necessárias. Devemos destacar que, no caso do Legislativo, para fins de cálculo de pessoal na LRF, não são consideradas na despesa de pessoal os gastos com os inativos e as convocações extraordinárias.

Se a democracia representativa tem custo financeiro, esses são os seus dados e parâmetros. 

1 Somente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo possuem tribunais de contas municipais para auxiliar a Câmara no controle externo. As demais cidades são fiscalizadas pelos respectivos tribunais de contas estaduais.

2 Todos os valores foram deflacionados a preços médios de junho de 2009, de acordo com o IPCA – Índice de Preços para o Consumidor Amplo.

3 Estudo sobre o custo dos Legislativos estaduais e de capitais brasileiras. Disponível em: <http://www.transparencia.org.br>. Pesquisas e estudos da Transparência Brasil.

4 Estudo comparativo sobre o custo do Congresso Nacional e de outros onze países. Disponível em: <http://www.transparencia.org.br>. Pesquisas e estudos da Transparência Brasil.

Guilherme Pereira, da UFRJ, é primeiro colocado no Prêmio de Monografia Celso Furtado

■ Guilherme Costa Pereira, recém-formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é o primeiro colocado no XIX Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado com o trabalho “Qualidade da educação fundamental nas escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro”, orientado pela Prof^a. Valéria Lucia Pero. A cerimônia de premiação acontece em 13 agosto, na sede do Corecon-RJ, como parte da comemoração do Dia do Economista.

Vinicius Mendes Moura Pimentel, formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), recebe o prêmio de segundo lugar com a monografia “Microcrédito: uma análise dos efeitos e condicionantes da Lei 10.735, sobre aplicações de recursos em atividades de microcrédito”, orientada pela Prof^a. Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky.

A terceira colocada é Julia Mello de Queiroz, também da UFRJ, que apresentou “Custo de oportunidade da conservação e redução de emissão de carbono por desmatamento e degradação florestal (REDD): um estudo de caso para a Amazônia Brasileira”, orientado pelo Prof. Carlos Eduardo F. Young.

Os jurados do Prêmio concedem a Leonardo Madruga da C. Araújo, da UFF, menção honrosa pela monografia “Modelos selecionados em teoria do crescimento econômico: HARROD-DOMAR, SOLOW, ROMER e PALLEY”, orientada pela Prof^a. Carmem Aparecida Feijó.

A motivação da monografia, disse Guilherme Pereira, era verificar se realmente há diferença entre as escolas de ensino fundamental públicas e privadas no Estado do Rio de Janeiro. O formando tomou por base

os resultados da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e seus questionários, do MEC.

“A conclusão, já esperada, é que as notas dos alunos estão diretamente ligadas ao tipo de escola em que estudam. As melhores escolas são as federais, seguidas pelas escolas privadas, e em terceiro lugar as escolas públicas estaduais e municipais, com desempenhos semelhantes”, afirma. “Mas eu não esperava que o peso do tipo da escola no rendimento dos alunos fosse tão acentuado”.

Segundo Guilherme, os outros fatores que impactam no desempenho dos alunos na prova são, pela ordem de importância: o ambiente familiar (renda, nível educacional e outras características da família); a infraestrutura da escola (principalmente laboratório de informática); e a capacitação dos professores.

Agenda de cursos

CURSO TEORIA DOS JOGOS

professor Ronaldo Fiani
16 de setembro a 18 de novembro, quartas, das 18h45 às 21h30

CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE KARL MARX

professores Rodrigo Castelo Branco, Pablo Bielschowsky e Maria Malta. 6 de outubro a 24 de novembro, terças, das 18h30 às 21h

MINI-CURSO: AVALIAÇÃO DOS MECANISMOS DE PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE

professor Carlos Octávio Ocké-Reis
14 de outubro a 4 de novembro, quartas, das 18h30 às 20h

Saiba mais sobre os cursos e inscreva-se na página www.economistas.org.br

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (EM R\$)

REFERÊNCIAS	ABR A JUN/08	ABR A JUN/09	REFERÊNCIAS	ABR A JUN/08	ABR A JUN/09
ATIVO FINANCEIRO	3.542.804,98	4.041.148,48	PASSIVO FINANCEIRO	409.672,28	133.471,07
DISPONÍVEL	75.472,89	63.412,48	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	3.391.170,57	3.911.963,92	CONSIGNAÇÕES	7.333,91	6.734,35
REALIZÁVEL	38.760,98	28.371,54	CREDORES DA ENTIDADE	1.014,95	-
RESULTADO PENDENTE	37.400,54	37.400,54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	401.323,42	126.736,72
ATIVO PERMANENTE	6.995.191,26	15.600.266,08	RESULTADO PENDENTE	-	-
BENS PATRIMONIAIS	1.453.319,63	1.485.284,62	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	-	-
VALORES	1.117,64	1.117,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	10.128.323,96	19.507.943,49
CRÉDITOS	5.540.753,99	14.113.863,82			
TOTAL GERAL	10.537.996,24	19.641.414,56	TOTAL GERAL	10.537.996,24	19.641.414,56

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS	REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	ABR A JUN/08	ABR A JUN/09	(EM R\$) (EM %)	
RECEITAS			RECEITAS	
ANUIDADES	379.663,85	322.641,21	ANUIDADES	(57.022,64) -15,0
PATRIMONIAL	57.217,13	67.518,97	PATRIMONIAL	10.301,84 18,0
SERVIÇOS	10.595,24	10.278,09	SERVIÇOS	(317,15) -3,0
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	- -
DÍVIDA ATIVA	152.138,37	137.583,27	DÍVIDA ATIVA	(14.555,10) -9,6
DIVERSAS	59.631,88	48.953,39	DIVERSAS	(10.678,49) -17,9
TOTAL GERAL	659.246,47	586.974,93	TOTAL GERAL	(72.271,54) -11,0
DESPESAS			DESPESAS	
DE CUSTEIO	605.127,98	676.786,34	DE CUSTEIO	71.658,36 11,8
PESSOAL	302.809,40	366.028,49	PESSOAL	63.219,09 20,9
MATERIAL DE CONSUMO	13.930,62	15.131,20	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,58 8,6
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	288.387,96	295.626,65	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	7.238,69 2,5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118.922,81	105.112,59	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(13.810,22) -11,6
DESPESAS DE CAPITAL	19.990,47	9.515,28	DESPESAS DE CAPITAL	(10.475,19) -52,4
TOTAL GERAL	744.041,26	791.414,21	TOTAL GERAL	47.372,95 6,4
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(84.794,79)	(204.439,28)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(119.644,49) 141,1